

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

CONSELHO EDITORIAL

M. F. DO NASCIMENTO BRITO
Presidente

WILSON FIGUEIREDO
Vice-Presidente

REDAÇÃO

MARCELO PONTES
Editor

PAULO TOTTI
Editor Executivo

MARCELO BERABA
Editor Executivo

ORIVALDO PERIN
Secretário de Redação

SISTEMA JB

SERGIO REGO MONTEIRO
Vice-Presidente

JORNAL DO BRASIL
HENRIQUE CABAN
Diretor Executivo

A Face Oculta

ed. 11/6
Presidencial
As últimas pesquisas, operando com intenções de votos, a mais de cem dias da eleição, no Rio de Janeiro e no Distrito Federal, não causam surpresa. Refletem o óbvio. Rio e Brasília concentram a maior número de funcionários e aposentados do serviço público do país. E o PT, com origem no sindicalismo do ABC paulista, é hoje ostensivamente o partido da burocracia. Deserdou o proletariado. Tanto que São Paulo, o maior colégio eleitoral do país e centro industrial, reserva votos e intenções mais para Fernando Henrique que para Luís Inácio Lula da Silva.

A sucessão presidencial, malgrado a procura de alianças, toma forma plebiscitária: situa em pólos opostos os adoradores do Estado – que defendem o paternalismo e o dirigismo – e os que acreditam mais na eficiência das forças do mercado. É natural que a burocracia se sinta desconfortável e ameaçada pela redução do gigantismo estatal.

O enxugamento do Estado trará redução nas folhas funcionais abarrotadas de apadrinhados. Os 5% de segurados que se aposentam com salário integral – privilégio dos servidores públicos –, ou que acumulam aposentadorias, custam mais à caixa da Previdência Social que os 95% restantes, aqueles que só têm direito a 10 salários mínimos (no máximo) quando param de trabalhar.

Como a militância do PT controla as entidades do funcionalismo, entende-se por que o partido é sistematicamente contra as reformas do Estado – em especial a administrativa e a da Previdência: uma limita salários de burocratas, prevê demissão por ineficiência ou excesso de quadros, e acaba com a estabilidade absoluta; outra acaba com o acúmulo de aposentadorias e estabelece

teto para os vencimentos dos futuros burocratas aposentados. Como o PT poderia apoiar perdas para a militância que é sua força nas urnas e se tornou sua própria razão de ser?

Não é por outra razão que o PT tem se negado a discutir temas econômicos. Ficou mais difícil para o partido chegar a consenso sobre a forma de reduzir o déficit público, principal problema econômico do país. Como conciliar o corporativismo da militância com o interesse nacional? Os governos do Brasil gastam mais do que arrecadam. E gastam demais com essa burocracia hipertrofiada, rotunda e disforme.

O Estado brasileiro está abarrotado de funcionários, que consomem de 80% a 100% de tudo o que estados e municípios arrecadam. E, como quase toda a receita é para sustentar a folha inchada, estados e municípios endividam-se e repassam à União o ônus. Em 10 anos o Tesouro já assumiu por seis vezes débitos estaduais. Como estados e municípios não podem quebrar, repassam o estouro de caixa para a União (no fundo, para os contribuintes) e ela se vê obrigada a tomar emprestado no mercado financeiro a juros cada vez mais altos, pressionando ainda mais o déficit já escandaloso.

É essa a razão pela qual o PT não quer tornar públicas suas propostas e é por isso que o partido se furta ao debate econômico. A campanha do PT pede aumento para professor, dinheiro para a reforma agrária, para as micro, pequenas e médias empresas, verbas para a saúde, para a seca do Nordeste, para os sem-terra, os sem-teto e os sem-programa. Só não consegue explicar de onde vai tirar dinheiro para fazer tudo isso.

11 JUN 1998

JORNAL DO BRASIL